

Igor Raatz

**Tutelas Provisórias
no Processo Civil brasileiro**



livraria //
DO ADVOGADO
// *editora*

Porto Alegre, 2018

Conselho Editorial

André Luis Callegari
Carlos Alberto Molinaro
César Landa Arroyo
Daniel Francisco Mitidiero
Darci Guimarães Ribeiro
Draiton Gonzaga de Souza
Elaine Harzheim Macedo
Eugênio Facchini Neto
Gabrielle Bezerra Sales Sarlet
Giovani Agostini Saavedra
Ingo Wolfgang Sarlet
José Antonio Montilla Martos
Jose Luiz Bolzan de Moraes
José Maria Porras Ramirez
José Maria Rosa Tesheiner
Leandro Paulsen
Lenio Luiz Streck
Miguel Ángel Presno Linera
Paulo Antônio Caliendo Velloso da Silveira
Paulo Mota Pinto

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R111t Raatz, Igor.

Tutelas provisórias no processo civil brasileiro / Igor Raatz. – Porto Alegre :
Livraria do Advogado, 2018.

208 p. ; 25 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-9590-021-9

1. Tutela provisória - Brasil. 2. Processo civil - Brasil. I. Título.

CDU 347.91/.95(81)

CDD 347.81077

Índice para catálogo sistemático:

I. Tutela provisória : Brasil 347.6(81)

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)

Sumário

Notas introdutórias.....	17
1. Do “direito à tutela provisória” como expressão do direito fundamental à tutela jurisdicional adequada e efetiva.....	21
1.1. O direito fundamental à tutela jurisdicional como base normativo-constitucional do direito à tutela provisória.....	24
1.2. O processo civil numa perspectiva garantista.....	28
1.3. Tempo e processo na perspectiva das tutelas provisórias.....	30
1.4. Do direito à tutela jurisdicional adequada e efetiva sob a ótica das alternativas para lidar com o tempo do processo: em busca das bases constitucionais do “direito à tutela provisória”.....	34
2. Do conceito de tutela provisória no Código de Processo Civil brasileiro: precisões terminológicas e conceitos afins.....	45
2.1. Tutela provisória como sinônimo de tutela de cognição sumária.....	46
2.2. Tutela provisória e tutela definitiva.....	51
3. Das raízes da separação entre cognição-execução no Código de Processo Civil de 1973 à sistematização da tutela provisória no atual Código de Processo Civil brasileiro.....	55
3.1. Da separação entre cognição e execução como elemento estrutural do Código Buzaid.....	55
3.2. As origens romanas da separação entre cognição e execução.....	57
3.3. A manutenção da separação entre conhecimento e execução no direito da modernidade e sua recepção pela doutrina processual.....	62
3.4. O Código de 1973 e o mito da ordinariedade: da rigidez procedimental à plenariedade da cognição.....	64
3.5. O processo cautelar e os procedimentos especiais como válvula de escape da ordinariedade.....	66
3.6. A crise da separação entre conhecimento e execução e a sua “superação” no curso das reformas do Processo Civil brasileiro.....	67
3.7. Da mudança estrutural do Código de Processo Civil de 2015: em busca de uma autonomia conceitual para a tutela provisória.....	71
4. Da tutela provisória de urgência no atual Código de Processo Civil brasileiro: da (necessária) distinção entre tutela provisória satisfativa e tutela provisória cautelar.....	77
4.1. O problema do tempo como pressuposto para estudo da tutela provisória de urgência: diferenciando o perigo na demora e o perigo de infrutuosidade.....	81
4.2. Teoria geral da tutela cautelar.....	83
4.2.1. Direito substancial à cautela e situação cautelanda.....	84
4.2.2. Tutela cautelar e temporariedade.....	88
4.2.3. Elementos de síntese a respeito da teoria da tutela cautelar.....	90
4.3. Teoria geral da tutela satisfativa provisória de urgência.....	91

4.3.1. Satisfação, declaração e julgamento do mérito da causa.....	91
4.3.2. Aspectos conceituais da tutela antecipada.....	95
4.3.3. Tutela antecipada, dupla provisoriedade e irreversibilidade fática.....	96
4.3.4. Tutela antecipada, eficácia e efeitos da sentença.....	102
4.3.4.1. Eficácia da ação ou eficácia da sentença?.....	102
4.3.4.2. Conteúdo, eficácia e efeitos da sentença.....	104
4.3.4.3. Das diferentes eficácias da sentença.....	106
4.3.4.3.1. Sentença de eficácia preponderantemente declaratória.....	106
4.3.4.3.2. Sentença de eficácia preponderantemente constitutiva.....	110
4.3.4.3.3. Situações polêmicas a respeito da eficácia constitutiva ou declaratória da sentença.....	113
4.3.4.3.4. Sentença de eficácia preponderantemente condenatória.....	114
4.3.4.3.5. Sentença de eficácia preponderantemente executiva.....	117
4.3.4.3.6. Sentença de eficácia preponderantemente mandamental.....	121
4.3.4.4. Eficácias da sentença e antecipação da tutela.....	126
4.3.4.5. Do fenômeno da “transformação da eficácia condenatória em mandamental” no âmbito da tutela antecipada.....	131
5. Disposições gerais sobre a tutela provisória no Código de Processo Civil brasileiro.....	133
5.1. Dever de efetivação da tutela provisória.....	133
5.2. Dever de fundamentação na tutela provisória.....	136
5.3. Competência para a concessão da tutela provisória.....	137
6. Disposições gerais sobre a tutela provisória de urgência.....	141
6.1. Requisitos para a concessão da tutela provisória de urgência.....	141
6.1.1. Perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.....	142
6.1.2. Elementos que evidenciem a probabilidade do direito.....	147
6.2. Momento da concessão da tutela provisória de urgência e princípio do contraditório.....	150
6.2.1. Tutela provisória <i>inaudita altera parte</i>	152
6.2.2. Tutela provisória após a oitiva da parte contrária.....	153
6.2.3. Tutela provisória após a realização de audiência de justificação.....	154
6.2.4. Tutela antecipada na sentença.....	156
6.2.5. Tutela antecipada concedida em sede recursal.....	157
6.3. Exigência de caução para a concessão da tutela provisória.....	158
6.4. Responsabilidade pela efetivação da tutela provisória.....	159
7. Tutela antecipada requerida em caráter antecedente.....	165
7.1. Procedimento da tutela antecipada requerida em caráter antecedente.....	166
7.2. Estabilização da tutela antecipada.....	167
8. Tutela cautelar requerida em caráter antecedente.....	175
8.1. Autonomia, referibilidade e mérito na tutela cautelar.....	176
8.2. Aspectos procedimentais da tutela cautelar requerida em caráter antecedente.....	178
8.2.1. Petição inicial da ação que visa à prestação de tutela cautelar em caráter antecedente.....	179
8.2.2. Contestação ao pedido de tutela cautelar antecedente.....	180
8.2.3. Revelia e julgamento antecipado da lide cautelar.....	181
8.2.4. Conversão procedimental e instrução probatória.....	181
8.2.5. Decisão que julga o pedido de tutela cautelar antecedente: questões recursais...	182
8.2.6. Decisão que julga o pedido de tutela cautelar antecedente e seus efeitos relativamente ao pedido de tutela satisfativa.....	183

8.2.7. Obrigatoriedade e prazo para a formulação do pedido de tutela satisfativa.....	183
8.2.8. Cessação da eficácia da tutela cautelar concedida em caráter antecedente.....	185
8.2.9. Coisa julgada e renovação do pedido de tutela cautelar.....	187
9. Tutela satisfativa provisória de evidência.....	189
Considerações finais.....	199
Referências bibliográficas.....	203